

A IMPORTÂNCIA DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

THE IMPORTANCE OF PLAYFULNESS IN THE INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION

Daniele Conde Peres Resende¹

RESUMO

Hoje muito se fala na questão da inclusão dos alunos especiais em uma classe regular de ensino, porém o governo não oferece condições para as escolas nem para os professores fazerem o processo de inclusão, de maneira que o educando se sinta realmente integrado ao ambiente escolar. Desse modo, objetiva-se mostrar a importância da ludicidade no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidade especial, pois a atividade lúdica é extremamente relevante para a formação do educando na escola, uma vez que ela pode se tornar uma ferramenta positiva para ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Nesse contexto, segundo as literaturas pesquisadas, a inclusão de alunos com necessidades especiais pode acontecer no ambiente escolar por meio de atividades lúdicas, tornando esse processo não só uma obrigação legal, mas uma interação com todos os envolvidos, portadores ou não de algum tipo de necessidade especial. Portanto, o lúdico deve ser valorizado em todas as escolas como instrumento facilitador e construtor de conhecimentos dentro do processo de inclusão para todos os alunos, com ou sem deficiência.

Palavras-chave: Inclusão. Ludicidade. Escola.

ABSTRACT

The inclusion of special students in a regular classroom is widely discussed nowadays; however, the government does not offer enough conditions to schools, neither to teachers in order to make the inclusion process happen, in a way that the student is really integrated in the school environment. Thus, this paper aims to show

¹ Especialização em Educação Especial Inclusiva pela Faculdade São Braz, Brasil (2017), Professora de Ensino Médio de Língua Inglesa do Colégio Sesi de Bandeirantes-PR, Brasil.

the importance of playfulness in the development of the student learning with special needs, because the playful activity is extremely relevant to the student education at school due to the fact that it can become a positive tool to increase all students participation in the regular educational institutions. In this context, through the literatures researched, the inclusion of students with special needs may happen at regular schools by playful activities, making this process not only a legal obligation, but an interaction with all involved, having or not special needs. So, the playfulness should be appraised at all schools as a tool that may facilitate and construct knowledge in the inclusion process for all students, with or without disability.

Keywords: Inclusion. Playfulness. School.

Introdução

Hoje muito se fala na questão da inclusão dos alunos especiais em uma classe regular de ensino, porém o governo não oferece condições para as escolas nem para os professores fazerem o processo de inclusão, de maneira que o educando se sinta realmente integrado ao ambiente escolar. Sabemos que a lei deve ser respeitada, então os alunos com necessidades especiais devem ser incluídos no ambiente educacional. No entanto, é necessário pensar em formas de inclusão que contribuirão para a formação desse aluno, para que ele e o aluno identificado como “normal” interajam. Sendo assim, as atividades lúdicas podem se tornar uma ferramenta positiva para ampliar a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular, servindo de fontes ao educador, trazendo informações sobre os interesses de seus alunos, suas interações, suas habilidades de adaptação às regras, etc.

Desse modo, objetiva-se mostrar a importância da ludicidade no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidade especial, pois a atividade lúdica é muito importante para a formação da criança na escola, para que esta se torne o espaço no qual a inclusão ocorrerá de forma mais natural. É fundamental destacar que não é só garantir e cumprir o direito dos alunos especiais de serem incluídos, mas proporcionar condições para que esse processo inclusivo aconteça de maneira eficaz.

A Educação Especial no Brasil

É importante contextualizar a Educação Especial desde os seus primórdios até a atualidade, para que se perceba que as escolas especiais são as principais responsáveis pelos avanços da inclusão, longe de serem responsáveis pela negação do direito de as pessoas com necessidades educacionais especiais terem acesso à educação.

Januzzi (1992), em seu levantamento sobre a história da Educação Especial no Brasil, concluiu que sua origem se deu basicamente em instituições, com atendimento registrado em São Paulo, desde 1600, ainda no Brasil Colônia, e que foi se expandindo timidamente. Assim, a Educação foi sendo o centro de atenção e preocupação apenas nos momentos e na medida exata em que dela sentiram necessidade os segmentos da sociedade.

O início da Educação Especial se deu no Brasil, no momento em que a sociedade vivia sob a influência do liberalismo, que sustentou as tendências republicanas e abolicionistas (MAZZOTTA, 1996).

De acordo com esse autor, são dois os períodos na evolução da Educação Especial no Brasil. O primeiro, de 1854 a 1956, em que se verificavam iniciativas oficiais e particulares isoladas, tendo este período a fundação do "Imperial Instituto para Meninos Cegos", atual Instituto Benjamin Constant, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos e o segundo, que abrange de 1957 a 1993, que teve as iniciativas oficiais de âmbito nacional.

A partir de 1958, observa-se um investimento técnico-financeiro junto às secretarias de educação e instituições especializadas, por parte do Ministério da Educação, e um estímulo às campanhas nacionais, visando à educação de pessoas com necessidades educacionais especiais (JANUZZI, 1992).

Omote (1999) afirma que, paralelamente ao crescimento da rede privada, houve uma expansão de ofertas aos alunos com necessidades educacionais especiais em classes especiais, salas de recursos, unidades de ensino itinerante, na década de 70, com a criação de Serviços de Educação Especial em todas as secretarias Estaduais de Educação. Contudo, tais serviços serviram mais para atender à demanda de alunos vitimados pelo fracasso escolar do ensino comum do

que, propriamente, para oportunizar acesso aos alunos com necessidades educacionais que estavam fora da escola.

Apesar desse crescimento, Bueno (1993) alega que o número de crianças atendidas pela Educação Especial foi pequeno, tanto em termos de oferta de vagas nas escolas públicas, quanto em relação ao número de atendimentos oferecidos pela rede privada.

A Educação Especial passou então a exercer, conforme aponta Bueno (1993), um duplo papel, atendendo, por um lado, à democratização do ensino, à medida que ampliava as oportunidades educacionais para a clientela que não se beneficiava dos processos educacionais regulares. Por outro lado, ela também respondia por um processo de segregação da criança considerada diferente, legitimava a ação seletiva da Educação Regular, funcionando como dois subsistemas paralelos e sem ligação um como outro: o da Educação Comum e o da Educação Especial.

A necessidade de uma política de Educação Especial foi se delineando nos anos 70, quando o Ministério da Educação assumia que a clientela da Educação Especial era a que requeria cuidados especiais no lar, na escola e na sociedade. Em 1986, a expressão "alunos excepcionais" foi substituída por "alunos portadores de necessidades especiais" (BUENO, 1993).

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizada pelo Governo da Espanha em cooperação com a UNESCO, resultou na Declaração de Salamanca (1994), que é um dos documentos mais importantes sobre a questão da inclusão escolar. Essa declaração aborda os Princípios, a Política e a Prática em Educação Especial. Foi elaborada a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e introduziu a questão do atendimento especial nas escolas regulares para as crianças com necessidades educativas especiais, tendo como um de seus pressupostos:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos aprendem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, garantindo um bom nível de educação para todo, através dos currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as várias comunidades (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 11).

A Declaração de Salamanca defende que todos os alunos precisam estar na escola e precisam ser respeitados em seus ritmos de aprendizagem, apresentando deficiência ou não. Ela valoriza o trabalho escolar e as relações estabelecidas entre os alunos. Discute sobre a atenção educacional que deve ser prestada aos alunos com necessidades educativas especiais, enfatizando que todas as crianças, independentemente de suas características, têm direito à educação. E devem ser reconhecidas as suas necessidades para a promoção de sua aprendizagem. Sugere que todos os alunos precisam estar na escola, tendo ou não deficiência. A escola precisa tomar atitudes para bem receber esses alunos, sendo uma delas construir adaptações estruturais assim como curriculares.

Em 1996, a Lei Federal 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, ajustou-se à legislação federal e apontou que a educação das pessoas com deficiência deve dar-se, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Em 1998, o Ministério da Educação - MEC lança documento contendo as adaptações que devem ser feitas nos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), a fim de colocar em prática estratégias para a educação de alunos com deficiência. E, em 2001, o Ministério publica as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A importância da ludicidade na educação

A educação dá-se em qualquer lugar, na família, em indústrias, escolas, instituições esportivas, hospitais, em todos os cantos do mundo. Nessa perspectiva, Freire (1999, p. 25) afirma que: “ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção”.

Nesse sentido, deve-se entender a educação como um progresso dinâmico e flexível, que possibilite ao ser humano interagir diretamente com a sociedade, desenvolver suas potencialidades, decidir sobre seus objetos e ações. Sendo assim, o lúdico pode ser considerado uma ferramenta positiva no desenvolvimento e no estímulo da educação.

O lúdico faz parte da nossa base epistemológica desde a pré-história, pois já havia sinais de ludicidade, diretamente ligada à afetividade, a cultura e ao lazer (CABRERA; SALVI, 2005, p. 2).

A palavra ‘lúdico’ vem do latim “*ludus*”, que significa “jogo”. Para Dantas (1998, p. 111), “[...] o termo lúdico refere-se à função de brincar (de uma forma livre e individual) e jogar (no que se refere a uma conduta social que supõe regras)”. Compreende-se que o jogo é parte integrante do cotidiano do indivíduo, podendo ser encontrado em diversas atividades que podem integrar o seu dia a dia ao longo da história da humanidade. Assim, encontra-se o lúdico na filosofia, na arte, na pedagogia, na poesia e em diversas formas que utiliza para se expressar. Depreende-se, então, dessa colocação que, em sua essência, o lúdico, tendo como atividades as brincadeiras e os jogos, não precisa, necessariamente, de um vencedor e um perdedor.

Comumente, se pensa que uma atividade lúdica é uma atividade divertida. Poderá sê-lo ou não. O que caracteriza uma atividade lúdica é a “plenitude da experiência” que ela propicia a quem a pratica. É uma atividade em que o sujeito se entrega à experiência sem restrições mentais, de qualquer tipo. Existem atos divertidos que não são lúdicos para todos os participantes de uma experiência. Por exemplo, quando, num grupo de amigos, alguns realizam uma prática de “tirar sarro” dos outros. Isso pode até ser divertido, mas não tem nada de lúdico, pois manifesta o poder de uns sobre os outros e, pior, um poder desqualificador. O que mais caracteriza a ludicidade é a experiência de plenitude que ela possibilita a quem a vivencia em seus atos, como, por exemplo, quando nos entregamos totalmente a uma atividade que possibilita a abertura de cada um de nós para a vida (LUCKESI, 2016).

Para Freitas e Salvi (2015), o lúdico é uma estratégia insubstituível para ser usada como estímulo na construção do conhecimento humano e na progressão das diferentes habilidades operatórias, além disso, é uma importante ferramenta de progresso pessoal e de alcance de objetivos institucionais.

Feijó (1992, p. 02) afirma que “o lúdico é uma necessidade básica da personalidade, do corpo e da mente, fazendo parte das atividades essenciais da dinâmica humana caracterizada por ser espontânea, funcional e satisfatória”.

Para Santos (1999), o lúdico é uma maneira que o indivíduo tem de expressar-se e integrar-se ao ambiente que o cerca. Por meio das atividades lúdicas, ele assimila valores, adquire conhecimento em diversas áreas do conhecimento, desenvolve o comportamento e aprimora as habilidades motoras. Também aprende a assumir responsabilidades e se torna sociável e mais crítico. Por meio do lúdico, o raciocínio é estimulado de forma prazerosa e a motivação para aprender é resgatada.

A palavra ludicidade tem sido empregada em diversas áreas do conhecimento e em diversas situações. Não obstante a diversificação de seu emprego, o uso das atividades lúdicas está fortemente relacionado com habilidades peculiares que permitem ao professor diversificar sua metodologia, oportunizando uma forma prazerosa de ensino, pois o lúdico pode ser um excelente recurso pedagógico. Kishimoto (1999) fala sobre as percepções froebelianas na educação, do homem e da sociedade, pois estão intimamente vinculadas ao brincar.

[...] a brincadeira é uma atividade espiritual mais pura do homem neste estágio e, ao mesmo tempo, típico da vida humana enquanto todo – da vida natural/interna do homem e de todas as coisas. Ela dá alegria, liberdade, contentamento, descanso externo e interno, e paz com o mundo [...] a criança que brinca sempre, com determinação autoativa, perseverando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de autossacrifício para de seu bem e dos outros [...] O brincar, em qualquer tempo, não é trivial, é altamente sério e de profunda significação (FROEBEL *apud*, KISHIMOTO, 1999, p. 23).

Brincando, a criança mostra que é dotada de criatividade, habilidade, imaginação e inteligência, compreende o que é ser ela mesma e, ao mesmo tempo, pertencer a um grupo social. Com a brincadeira, a criança descobre e vivencia a realidade de forma prazerosa. Experimenta diferentes maneiras e situações, tenta compreender, fazendo, refazendo, trocando de papéis. Brincado, aprende. No faz-de-conta, vive o mundo concretamente, pois confere aos brinquedos sentimentos reais de amor e agressão.

O conhecimento é adquirido pela criação de relações e não por exposição a fatos e conceitos isolados, é através da atividade lúdica que a criança o faz. A participação da criança, a natureza lúdica e prazerosa, fornece dados relevantes no nosso agir, como educadores. O brinquedo encoraja a criança a reconhecer as limitações do elemento competitivo. O ser humano nasce com o espírito para brincar. Jogos ou divertimentos, sem orientação de um animador consciente, ao

invés de educar ou proporcionar alegria sadia entre as crianças, podem estimular a delinquência infantil e juvenil.

A criança que não consegue bons resultados na sala de aula e já vem de casa com problemas de ajustamento e insegurança é capaz de encontrar nos jogos um bom meio para a satisfação das suas necessidades emocionais, entregando-se ao jogo com naturalidade, expressando as suas alegrias e temores, sem restrições artificiais. Segundo Perrenoud,

Quando as crianças de origem popular que frequentam uma sala de aula ativa contam sua jornada na escola, seus pais podem ter a impressão de que os filhos brincam o dia inteiro, que não se exige deles nenhum esforço, que não se impõe a eles nenhum limite e, portanto, que não aprendem nada. A escola em que se aprende brincando, em que a aquisição dos conhecimentos não é sinônimo de sofrimento, de esforço e de competição, é uma escola que, geralmente, a geração dos pais não conheceu. Para aqueles que não estão familiarizados com as psicologias da moda, para aqueles cuja experiência do trabalho escolar e profissional torna pouco crível e mesmo incompreensível à ideia de que é possível aprender brincando, as novas pedagogias parecem pouco sérias. Sabe-se, em todas as classes sociais, que ela sem dúvida pretende tornar as crianças mais felizes, fazer com que elas vão à escola sem angústia, com prazer (PERRENOUD, 2001, p. 129).

Educação especial inclusiva e ludicidade

A escola é entendida como sendo de todos, independentemente de origem social, de religião ou de etnia. Os alunos com necessidades especiais de aprendizagem recebem atendimento individualizado, de modo que possam superar suas dificuldades. Essas adaptações favorecerão uma ação docente que visa à promoção e ao desenvolvimento de todos os alunos, com necessidades educativas especiais ou não. A escola deve repensar o seu papel, modificar os critérios de avaliação, as atividades, elaborar e atualizar o seu projeto político pedagógico, de maneira que contemple a sua ação enquanto escola inclusiva.

A educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Trata-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas, de modo que estas respondam à diversidade de alunos. É uma abordagem humanística, democrática, que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. Uma escola é inclusiva quando todos da equipe escolar – diretores, professores,

secretaria, serviços gerais – participam ativamente desse projeto (RODRIGUES, 2008).

A vivência escolar tem demonstrado que a inclusão pode ser favorecida quando observa as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores; apoio especializado para os que dele necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo, se pertinentes (CARVALHO, 1999, p. 52).

O aluno com deficiência, na convivência com seus pares da mesma idade, estimula seu desenvolvimento cognitivo e social, demonstrando maior interesse pelo ambiente que o cerca e apresenta comportamentos próprios para sua idade. O professor deve estar atento à interação estabelecida entre os alunos com e sem deficiências, promovendo não só as aprendizagens acadêmicas, mas também o relacionamento entre eles e o aumento da autoestima da criança com deficiência, auxiliando sua integração na classe. A segregação ou integração dependem do tipo de relação estabelecida entre a pessoa com deficiência e aquela que não a apresenta (RODRIGUES, 2008). Para tanto, as atividades lúdicas podem tornar-se uma ferramenta positiva na facilitação dessa relação.

A atividade lúdica é uma importante fonte ao educador, trazendo informações sobre os interesses de seus alunos, suas interações, suas habilidades de adaptação às regras etc. Com base nessas observações, o educador tem a oportunidade de programar atividades pedagógicas direcionadas (LIMA, 1991).

Ao programar as atividades, é interessante que o educador associe também alguns questionamentos relativos às limitações, às necessidades especiais, à idade, às preferências, às capacidades e a outras particularidades, visando o prazer e os efeitos positivos que o jogo proporciona na Educação Especial Inclusiva.

Outra questão importante, além de tratar-se de um dos pontos de preocupação dos educadores infantis, refere-se à organização de um espaço adequado para a realização da atividade, para que o jogo possa ser explorado em sua totalidade (KISHIMOTO, 2002).

A inclusão do aluno que apresenta alguma limitação tem que ser realizada de maneira que ele se sinta incluído na escola, participe das atividades que são desenvolvidas na escola, como está nos PCN, “é fundamental que o aluno se sinta valorizado e acolhido em todos os momentos de sua escolaridade e, no ciclo inicial,

em que seus vínculos com essa instituição estão se estabelecendo, o fato de poder trazer algo de seu cotidiano, de sua experiência pessoal, favorece sua adaptação à nova situação” (BRASIL, 1997, p. 47).

Qualquer tipo de atividade lúdica, brincadeiras, jogos ou brinquedos cantados, favorece o processo de inclusão, pois, durante a brincadeira, há o processo de integração entre as crianças, elas estão aprendendo a compartilhar, a ser cooperativas umas com as outras, a respeitar os limites impostos por elas mesmas que participam da brincadeira ou do jogo, “a ludicidade constitui um traço fundamental das culturas infantis. Brincar não é exclusivo das crianças, é próprio do homem e uma das suas atividades sociais mais significativas” (NHARY, 2006)

Considerações finais

Ao longo do texto, procurou-se refletir sobre a importância da ludicidade no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no âmbito escolar, sem esquecer as problemáticas que cercam esse processo.

Considerando as leituras realizadas, percebeu-se um significativo interesse por parte da sociedade em reconhecer o indivíduo com ser único e cheio de possibilidades. Contudo, no Brasil, existem leis indicando a necessidade de inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino regular. Entretanto, o que se observa é que essas normas são implantadas de modo lento e parcial, sendo ignoradas por alguns membros da sociedade, que, em alguns momentos, não conhecem os direitos do aluno com necessidades especiais, e, quando esses indivíduos precisam reivindicar seus direitos, têm que recorrer à legislação.

A inclusão não é uma prática educativa a ser feita de qualquer forma, exige conhecimento de pais, professores e demais profissionais e da sociedade. Ela reforça a prática de que as diferenças podem ser aceitas e respeitadas. Atualmente, na sociedade, percebe-se a fase de mudanças nos setores educacional, político, social e econômico. Com isso, é importante evitarem-se os erros do passado, criando-se para os alunos com necessidades especiais estratégias em sala de aula e recursos adequados para desenvolver melhor o conhecimento, de modo agradável, favorecendo com isso uma verdadeira inclusão no espaço escolar.

Diante disso, os autores estudados mostraram em suas pesquisas que é possível incluir a pessoa com necessidades especiais no ambiente escolar utilizando a ludicidade como instrumento importante para essa conquista. Todavia, o poder público tem um papel fundamental para alcançar esses anseios, investindo mais em estrutura física das escolas e formação dos profissionais para atender à demanda. Além disso, ainda é necessária a quebra de paradigmas para mostrar a todos que cada indivíduo com alguma deficiência ou não deve ter seus direitos respeitados.

Enfatiza-se, ainda, que a ludicidade pode ajudar tanto no processo de ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais quanto dos outros. Portanto, o lúdico deve ser valorizado e divulgado em todas as escolas como instrumento facilitador e construtor de conhecimentos dentro do processo de inclusão para todos os alunos, com ou sem deficiência.

Conclui-se este trabalho ressaltando que, segundo as literaturas pesquisadas, a inclusão de alunos com necessidades especiais pode acontecer no ambiente escolar por meio de atividades lúdicas, tornando esse processo não só uma obrigação legal, mas uma interação com todos os envolvidos, tenham ou não algum tipo de necessidade especial.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília:, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física.** Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** 2. ed. Brasília, 1997.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira:** integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

CABRERA, W. B.; SALVI, R. **A Ludicidade no Ensino Médio:** Aspirações de Pesquisa Construtivista. Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências. Atas do V Enpec. n. 5, 2005. ISSN 1809-5100.

CARVALHO, R. E. O Direito de Ter Direito. In: BRASIL. Ministério da Educação, SEEP, Secretaria de Educação a Distância. **Salto para o futuro.** Educação Especial: Tendências atuais. Brasília, 1999.

FEIJÓ, O. G. **Corpo e Movimento**: Uma Psicologia para o Esporte. Rio de Janeiro: Ed. Shape, 1992.

FREITAS, E. S.; SALVI, R. F. **A Ludicidade e a Aprendizagem Significativa voltada para o Ensino de Geografia**. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/89-4.pdf. Acesso em: 28 abr. 2015.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas (SP): Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

KISHIMOTO, T. M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Pesquisa bibliográfica. In: _____. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001: 43-7.

LIMA, E. C. A. S. et al. **O Jogo e a Construção do Conhecimento na Pré-Escola**. São Paulo: FDE, 1991.

LUCKESI, C. **Ludicidade e Atividades Lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. Disponível em: www.luckesi.com.br. Acesso em: 14 out. 2016.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

NHARY, T. M. C. **O que está em jogo no jogo. Cultura, imagens e simbolismos na formação de professores**. Dissertação de Mestrado em Educação. UFF. Niterói (RJ), 2006.

OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão. **Revista Ponto de Vista**, v. 1, n. 1, p. 4-12, 1999.

PERRENOUD, P. **A Pedagogia na Escola das Diferenças**. Fragmentos de uma sociologia do fracasso. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

RODRIGUES O. M. P. R. Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente. In: **Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental**. Bauru (SP): MEC/FC/SEE, 2008.

SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca – o lúdico em diferentes contextos**. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.